

O ESTADO E A AVALIAÇÃO: O NASCIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA EM BUSCA DA EQUIDADE EDUCACIONAL

THE STATE AND EVALUATION: THE BEGINNING OF PUBLIC POLICY IN PURSUIT OF EDUCATIONAL EQUALITY

Melissa Jasche Quadros*
 Antonia Marília Medeiros Nardes**

Resumo:

Nesta discussão o espaço das políticas públicas de planejamento destaca instrumentos regulatórios como foco das políticas estatais; sob a influência, primeiramente do liberalismo e, posteriormente, do neoliberalismo. Estados passaram a reformular seu sistema de plano econômico prevendo a alocação de recursos. Neste contexto, as avaliações institucionais são assumidas como estratégia de administrar o bem público, controlando resultados e transmitindo a imagem do Estado que se preocupa e respeita o cidadão. No Brasil, organiza-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb). Influenciado por este modelo, a Educação compôs seu quadro, o que suscita apontamentos de sequência dentro de um modelo que segrega a escola.

* Programa de Pós Graduação de Geografia (PP-Geo) - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Campus Universitário de Rondonópolis (CUR)

** Universidade Federal de Mato grosso - UFMT - Campus Universitário de Rondonópolis/MT

Abstract:

In this discussion, the space in public policy of planning emphasizes regulatory instruments as focus of State policies; under influence firstly of liberalism and posteriorly of neoliberalism. States began to reshape their economic plan system providing allocation of resources. Regarding to this situation, institutional evaluations are undertaken as a strategy for managing the public patrimony, controlling results and transmitting the image that the State cares about and respects the citizens. In Brazil, it leads to organization of National Evaluation System of Basic Education (Saeb), National Evaluation of Basic Education (Aneb). Influenced by this model, the Education composed his painting, which gives rise to sequential notes within a model that segregates the school.

Palavras-chave:

Estado; Políticas Públicas; Segregação Escolar; Prova Brasil; Direitos.

Keywords:

State; Public Policies; School Segregation; Brazil Test; Rights.

INTRODUÇÃO

O meio técnico científico informacional é o momento histórico no qual a construção do espaço ocorre com um crescente conteúdo de ciência, de técnica e de informação.

Segundo Brooke (2008); Koslinski e Alves (2012); Érnica (2013), nos Estados Unidos (EUA) e na Inglaterra, no período pós-guerra, que as preocupações com a eficácia escolar, qualidade e preocupação com acesso tomam considerável força.

Partindo de Coleman, que a pedido do governo americano, realizou a Pesquisa em Eficácia Escolar objetivando identificar fatores correlacionados com o sucesso escolar no âmbito da escolarização primária e secundária, pautados na eficácia da Lei dos Direitos Civis 1964, onde se buscou igualdade e cidadania entre brancos e negros quanto ao acesso, resultado de muitos enfrentamentos. Na Inglaterra destaca-se o Relatório de Plowden, que a pedido do poder público, envolveu a descrição da qualidade da escola primária. Estes mecanismos influenciaram estudos e sistemáticas de avaliações em muitos países em desenvolvimento, um destes é o Brasil, que atualmente conta com sistemas de avaliações externas que buscam efetivar ações e criação de políticas públicas.

No Brasil, também, há a presença de organizações de pesquisas ligadas à América Latina, grupos de estudos formados em universidades públicas e grupos de pesquisa formada por professores de diversas áreas de conhecimentos, como exemplo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) no Rio de Janeiro; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) de Minas Gerais; Observatório das Metrópoles da América Latina, coordenado pelo Instituto de Pesquisa Urbano e Regional da Universidade do Rio de Janeiro, dentre outros.

Estes grupos vêm operando para contribuição da discussão dos temas que envolvem a equidade educacional aprofundando este entendimento na realidade complexa que é um país em desenvolvimento. Um dos entendimentos é a segregação escolar e/ou institucional, pautados em levantamento de dados qualitativos e quantitativos e pesquisas que demonstram resultados diferenciados nas proficiências pedagógicas, quando se compara escolas com níveis sócios econômicos diferenciados.

É importante destacar nestas pesquisas influências eminentes das discussões de campos da Educação que se preocupa com os rumos das políticas que direcio-

nam as ações de planejamento, da Sociologia Educacional, que auxilia na análise das teorias de projeções de impactos nas dinâmicas sociais, da Geografia que contribui criticamente localizando e interpretando fenômenos na espacialização produzida. Todas estas ciências e grupos de pesquisas mencionados buscam, num exercício profundo ontológico e multidisciplinar, avanços para auxiliar as políticas públicas atuais.

O Estado se compromete em oferecer ao cidadão o acesso público e isonômico à educação básica, ou seja, o ensino fundamental, responsabilizando-se no que tange à estruturação do equipamento escolar, na manutenção, contratação de contingente de mão de obra profissional e técnica, atender aos currículos. Também na formação continuada dos professores e funcionários conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A segregação urbana evidencia as desigualdades sociais que são a materialização das contradições, das forças entre o que interessa ao capital e das políticas públicas que envolvem as camadas mais desprivilegiadas.

A escola contém sujeitos, estes que dão variados sentidos, movimentos e inferem diferenças em cada lugar. Vem se evidenciando preferências na procura de escolas e certo desprivilégio por outras. A partir desta observação, nas vivências da profissão, nas experiências do ambiente escolar, constitui-se a proposta desse artigo, que se desenvolve na perspectiva histórica, referencial e provocativa.

O Estado e as Políticas Públicas

A discussão resgata inicialmente o teor conceitual do que é o Estado e seu papel. Segundo Lopes (2010) em sua obra “Noções de Teoria Geral do Estado”, o conceito do que é Estado, construído ao longo da história, passou pelas mãos dos gregos, tendo assim, a origem da palavra como *polis*, e, posteriormente, a política como a arte de governar a cidade. Já os romanos, na mesma sintonia da palavra, tinham os *civitas* e a *respublic*. A partir do século XVI, que “o termo Estado foi aos poucos tendo entrada na terminologia política dos povos ocidentais: é o *État* francês, o *Staat* alemão, o *State* inglês, o *Stato* italiano e, em português e espanhol, Estado.”

Na obra de Maquiavel (2011) intitulado “O príncipe”, o autor não formulou um conceito do que seja o Estado, mas o percebeu como o poder centralizado e regulador e a sua permanência por meio do soberano.

Para a Geografia, nas suas diversas correntes, o Estado-nação é dotado de território, limites imaginários,

fronteiras e de identidade cultural. Na visão de Ratzel (1898) em sua obra “*Geographie Politique*”, segundo La Blache *apud* Campos (2014, p. 412-417), por exemplo, um Estado não existe sem território, sendo necessária a presença da sociedade politicamente organizada, a relação íntima e histórica impressa no espaço e o povo que exprime na sua identidade o ponto de origem da sua evolução civilizatória.

Já para Engels (2006) em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” em síntese, o Estado é como um instrumento de dominação de classe que aparenta neutralidade, mas que garante a “ordem” através dos interesses da classe dominante. Emerge, portanto, da relação entre dominantes e dominados, sendo seus mecanismos básicos de controle a força de segurança e a arrecadação de impostos.

Weber (2010, p. 3) em sua obra “Economia e Sociedade” aduz, com razão, o Estado centralizado e burocrático a partir do século XVI, que se pauta na elaboração de normas, leis, na administração da ação contínua, na hierarquia, na política, no território e no monopólio da violência legítima - o uso da força. Não se configurando então pelos seus fins, que é a defesa do território, da religião ou da classe dominante, mas sim pela natureza da instituição que detém a consagração da violência reconhecida pelo povo como legítima. Estabeleceu-se que sem este reconhecimento não seria o Estado e sim um sistema Anarquista, onde a burocracia é vista como a expressão maior de racionalidade de dominação do Estado Moderno.

Santos (1996) na sua obra “A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção” propõe, em sua abordagem, que o território em sua relação ontológica com o espaço, é entendido como uma dimensão do espaço interagindo com a técnica, adquirindo no seu caminho a construção da teoria social como discussão central exposta na obra. Ressaltando em sua outra obra (SANTOS, 1986, p. 189) “Por uma Geografia Nova” a diferença entre espaço e território, quando afirma que a “utilização do território pelo povo cria o espaço” sugerindo, então, que o território antecede o espaço. O território, portanto, é a área delimitada dotado de relações de poder envolvendo diversos atores, relações sociais, tendo fases históricas que se diversificam, ou seja, relações cada vez mais complexas de poder. O Estado é dotado de trabalho, das diferentes formas de ocupação e produção e dos elementos fixos que é resultante da ação do homem. Percebe-se que o Estado não traz consigo a política pública de governo, mas sim, sua relação de poder com o território, com a identidade cultural.

O Estado, portanto, segundo as discussões de Lo-

pes (2010, p. 4), é definido como a organização de uma sociedade natural, onde a sociedade organizada tem como objetivo o bem comum (grifo nosso), e este ato do desejo do bem comum se dá como bem público (grifo nosso) se manifestando através da coordenação e de esforços de um grupo, que se reconhece como as representações políticas e grupos de sociedade civil organizada. Estes são os esforços de Inter cooperação na fiscalização, no auxílio do bom funcionamento das diversas instituições, ou seja, das instâncias do Estado. Lopes (2010, p. 4) complementa essa discussão, afirmando que,

O homem é envolvido na teia do Estado antes de seu nascimento, com a proteção dos direitos do nascituro, e até depois de sua morte o Estado disciplina o cumprimento de suas últimas vontades. O Estado moderno é uma sociedade à base territorial, dividida em governantes e governados, e que pretende, dentro do território que lhe é reconhecido, a supremacia sobre todas as demais instituições. Põe sob seu domínio todas as formas de atividade cujo controle ele julgue conveniente. O Estado pode coercitivamente impor sua vontade a todos que habitam seu território, pois, seus objetivos são os de ordem e defesa social para realizar o bem público. Por isso e para isso o Estado tem autoridade e dispõe de poder, cuja manifestação concreta é a força por meio da qual se faz obedecer. Assim, Estado é a organização político-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público/comum, com governo próprio e território determinado.

Depreende-se que cada sociedade conduz sua maneira de gerir o Estado conforme seu amadurecimento social e, neste processo, há elementos essenciais que se devem levar em consideração como os fatores históricos, as intenções e a condução na formação territorial de cada Estado. Destacando estes elementos, pode-se analisar mais profundamente as manifestações culturais, político-jurídicas, institucionais, produtivas, dentre tantas outras manifestações, como explicitado, por exemplo, pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1999), que pressupõe a interdependência das estruturas e indivíduos e realiza as análises histórico-estruturais das relações a partir de sínteses de conceitos e das realidades construídas.

1.2 As Políticas Públicas e seu papel provedor no governo do Estado

Considerando o papel do Estado discutido, a partir da década de 1980, segundo Oliveira (2011), um novo modelo caracterizado pelo uso de avaliações em diversos setores, incluindo a educação, objetiva através desta ferramenta de planejamento empreender recursos, sendo que essas ações somente se efetivarão sob a formulação de políticas públicas. Mas iremos incluir maiores detalhamentos no decorrer deste estudo em relação ao emergir deste mecanismo do Estado. Neste momento,

pressupõe-se alguns fatos que representaram rupturas, reconfigurando o modelo do Estado, em sua fase liberalista.

Um dos primeiros sinais da crise no capitalismo emerge do enfraquecimento do liberalismo entre os séculos XIX e XX. O liberalismo pauta-se na chamada força livre do mercado, onde os indivíduos são agentes econômicos baseando-se na racionalidade, empreendendo-se forças que favorecem o equilíbrio natural do mercado.

Evidenciando Bobbio (2007, p 27) o estado liberal tem três principais funções: 1 – defender os indivíduos e o território diante do ataque de inimigos externos; 2 – defender indivíduos que possam receber ofensas de outros indivíduos; 3 – promover obras públicas quando a iniciativa privada não puder executá-las. Nessa perspectiva então, no contexto capitalista, ocorre o fortalecimento da concentração de recursos tendo como um dos muitos resultados a exclusão e a intensificação da desigualdade social. Este ideal perde toda sua credibilidade frente às crises deflagradas pelo desemprego em massa e o aumento considerável da pobreza, que passou a ser combatido pela classe dos trabalhadores, que cobrou do Estado também direitos trabalhistas.

Destacam-se como exemplos, segundo Oliveira (2011), a revolução Bolchevique, movimento partidária liderado por Wladimir L. Lênin (1870-1924), em 1917, que derrubou o governo czarista implantando o sistema socialista na Rússia. Este foi resultado de um processo amplo, histórico, que contribuiu para a ilegitimidade e crise capitalista ameaçando o estado do bem-estar social europeu.

Em 1929 nos Estados Unidos, o período conhecido como a “Grande Depressão”, destacada pelo forte declínio econômico, impactando mundialmente a reestruturação complexa do sistema econômico com sua função e forma de regulação, adicionando estratégias para resgatar a economia que foi implantada. Com o fim da segunda guerra mundial (1939-1945) ocorreram significativas mudanças no plano econômico.

Chega-se no momento em que o papel do estado é rediscutido e reconfigurado, com a finalidade de se manter com sua estrutura de poder. Nesses acontecimentos, diferentes formas de governo emergem, incluindo políticas sociais e, nesta linha de pensamento, resgata-se o surgimento das políticas públicas, que tem como berço acadêmico os Estados Unidos, segundo Souza (2006, p. 22), que atribuiu às universidades por intermédio de uma disciplina, criando uma nova abertura à tradição europeia como fonte de estudos e pesquisas neste campo da produção do governo, mas num

viés especialmente diferenciado em suas análises. Neste contexto, nasce enfim a discussão sobre o Estado e suas instituições.

Souza (2006, p. 22) afirma que “a proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social”.

Segundo Oliveira (2011), a antecipação à qualquer análise na formulação de leis que regessem a construção de políticas públicas, representou neste processo, as suas bases científicas, com muitos estudos envolvendo pesquisadores de diversas áreas, como por exemplo, matemáticos, analistas de sistemas, sociólogos, cientistas políticos. Alguns destes se utilizando, como fonte inspiradora, da Teoria dos Jogos de Neuman (1970), que lida com movimentos racionais para estudar situações estratégicas (mercado financeiro, economia, guerra, competitividade e outros), mais tarde, estimulando outras teorias, como a Teoria da Decisão de Herbert Simon (1978).

Conforme Souza (2006) sobre a trajetória da disciplina que nasceu como subárea do campo político, a escola americana ampliou o sentido do estudo, no que se refere ao público, em três caminhos, primeiramente por intermédio de Medison e seu ceticismo acerca da natureza humana, concentrando estudos nas instituições e considerando-as como peças centrais na limitação das paixões e tiranias humanas. Paine e Tocqueville, mais otimistas, observam nas organizações locais o berço do civismo, fonte de promoção do bom governo. E, por fim, a ciência como fonte de entendimento (como e por que) das escolhas de ações elaboradas pelo governo.

Assim, do ponto de vista teórico, a razão pela qual tantos pesquisadores e caminhos de estudos supracitados se pautam num interesse comum, que é o de contribuir nos avanços do conhecimento metódico de planejamento e do campo de gestões sociopolíticas, deu-se a partir dos avanços nos estudos do conceito de políticas públicas que perpassaram por diversos autores na década de 1980, como enfatizou Souza (2006, p. 24),

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Chama a atenção nestas definições citadas por Souza (2006), o *locus* onde ocorrem as decisões e análises, todas com o enfoque no governo. Ocorre que nessas decisões não se pode deixar de lado o fato de que a sociedade civil organizada deveria influenciar nas decisões, seja por intermédio de votos, de manifestações ou pelos movimentos sociais, apesar de nem sempre obter êxitos, a história demonstra que já houve mudanças através dos clamores populares.

Política pública, portanto, envolve basicamente quatro etapas na sua construção: o campo de **Análise** – nesta, é preciso extrair do objeto de estudo as demandas e evidenciá-las; **Proposição** – nesta etapa se expõe as propostas de mudanças e/ou soluções; **Planejamento de Ações** – é toda programação, organização para a efetivação de ações que visem o cumprimento das propostas que alcancem as demandas; **Avaliação** – medir os efeitos, o alcance, o acesso oferecido pelas ações, enfim, os resultados. Nesta última etapa, ajustes são remodelados para a efetividade da política pública, necessitando, na maioria das vezes, de sua aprovação com/como Lei.

Acredita-se que o conceito de política pública é mais amplo, abrangendo holisticamente as ideologias, as diversas instituições, a economia, o modo de produção, a geopolítica, a cultura, as dinâmicas e as dialéticas presentes na sociedade. A política pública, em suma, é um tema interdisciplinar, pois se utiliza das ciências exatas e, também, da análise das humanas e, por se tratar de dinâmica social, ocorre a possibilidade de diversas interpretações.

1.3 O Estado avaliador

Complexas mudanças na estrutura do Estado ocorreram nas diversas crises do capitalismo, especialmente entre o período de 1920 a 1980. Essas emergiram das necessidades na manutenção do capitalismo constituído através do Estado Regulador. Um dos primeiros sinais da crise capitalista é relacionado à debilidade do Liberalismo e seu mecanismo de auto regulação econômica, como já exposto.

Segundo Oliveira (2011), foi em 1930 que traçar estratégias para combater a “Depressão” americana ocorreu com mais ênfase. Nestas circunstâncias que a compreensão acerca da política econômica liberal não conseguiria manter-se como estável. John Maynard Keynes (1883-1946) no fim dos anos 1920 questionou a Lei dos Mercados que reputava a economia capitalista auto regulável, tendo o estado para Keynes, o papel de regulador fiscal, criando condições de serviços públicos

cidadãos como a saúde, a habitação, o transporte, a educação e outros.

Ocorre que nesta fase, após a Depressão, o norte americano permaneceu com a forte presença do Estado no setor público, cuja finalidade era, justamente, fortalecer o setor social em ações nacionais, revigorando a economia. Porém, estas intervenções não deixaram de lado a dinâmica produtiva capitalista. Este modelo inspirou muitos outros países na reestruturação econômica. Segundo Behring e Boschetti (2008, p. 82),

[...] uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acesso ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno Keynismianismo, diminuindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdades.

Assim, o modelo revigorado de Estado se configura em também transmitir ao cidadão a sensação do desenvolvimento econômico e social apoiando-se nas políticas públicas. Percebe-se que a sensação de democracia, o poder de consumo tem o objetivo sutil, que é o fortalecimento do capitalismo. Ocorre que neste sistema produtivo há um paradoxo que o Estado, passa a ser o intermediador, pois, necessita atender duas classes de inter-relações: dos capitalistas e dos trabalhadores.

Foi também a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), um importante fator que impulsionou a consolidação da profusão de políticas para o desenvolvimento educacional, uma vez que a estabilidade econômica norte americana através do acordo de Bretton Woods, em 1944, estabeleceu uma série de disposições políticas de desenvolvimento para a economia pós-guerra, dando a origem às instituições internacionais de regulação como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) também conhecido por Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras.

Verifica-se que as políticas públicas educacionais ganharam força através dos mecanismos que engendraram o fortalecimento do capital ao analisar a necessidade da indústria de obter a mão de obra qualificada do trabalhador aclamado para a reconstrução no momento histórico. Nesta perspectiva “[...] as políticas educacionais ganharam ênfase no Keynismianismo e, sobretudo, no *welfare state*, pois passou a ser considerada um fator que favorecia diretamente o desenvolvimento do capital” conforme Oliveira (2011).

A expansão do acesso educacional veio ocorrer através das demandas dos trabalhadores na luta pela

igualdade de direitos na formação escolar, pois as escolas de nível superior abriram espaços de formação, inicialmente, à uma camada que já tinha mais acesso à escola, portanto, obrigando o Estado a proporcionar este acesso através da seleção e exames que fragmentava a formação técnica com ares de popular, como destaca Schwartzman (2005, p. 17), “o estudante para atender postos na indústria, e, a Academia, para futuras posições de prestígio no governo e na sociedade, privilégio das elites” considerando que este período relatado abrange o fim do século XIX e início do século XX, no qual a maioria dos estudantes não chegava ao fim do ensino secundário, sendo, portanto, a partir da diversificação da educação média que o acesso se intensificou.

Emergindo como porta de acesso às universidades e escolas politécnicas, os testes, como requisito para ingresso no ensino superior, eram acompanhados pelo Estado, que investiu cada vez mais no estabelecimento de padrões nacionais formando comissões de professores para a elaboração e a correção das provas. Na Alemanha o *Abitur*, o *Baccalauréat* francês e o *American College Test* dos norte-americanos são exemplos da tendência de articular a qualidade e a igualdade do ensino nas diferentes instituições e os “resultados das provas finais seriam uma expressão pura das qualidades de cada indivíduo, independentemente de sua origem ou condição social, e serviriam para definir suas chances e lugar na hierarquia de oportunidades” destacando-se, que estes testes propiciavam o acesso à cursos como a Medicina, o Direito, as Ciências Econômicas, a Filosofia e o Magistério, segundo Schwartzman, (2005, p. 17).

Ainda sobre as mudanças ocorridas na educação europeia quando a tradição na formação da elite inicia um processo de mudanças, Schwartzman (2005, p. 7) tece uma forte crítica à Academia chamando atenção para a escola que amparou, sobretudo, profissões e a classe elitizada,

a formação buscada pelas escolas e universidades tradicionais sempre foi a das profissões clássicas, como o direito, a medicina, a teologia e o próprio magistério, cujos melhores estudantes encontrariam posições de prestígio e reconhecimento e as rendas decorrentes em função de sua competência, sem ter que competir em mercados dominados pela busca desavergonhada do lucro.

O acesso à educação se fortaleceu nos nível secundarista, universitário e de pós-graduação, sendo que o movimento de controle e de avaliação que era vigente sofreu questionamentos, devido ao custo gerado para o Estado, fomentando novas maneiras de avaliar, com o objetivo de compreender diversas particularidades da educação, uma delas o aproveitamento e os índices que

poderiam apontar para níveis de Letramento que denotam uma formação aprofundada e crítica, diferente da alfabetização, que envolve a capacidade do conhecimento de códigos.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra as preocupações emergentes pautavam-se na eficácia escolar e na qualidade das oportunidades educacionais. Vale lembrar que, nesta fase da corrida pós-guerra pelo desenvolvimento tecnológico, o Estado passou a se responsabilizar diretamente pela educação para fomentar a produção de conhecimentos específicos, salientando que a Rússia saltava na frente no investimento da educação tecnológica, lançando em 1957, o *Sputinik*. Este acontecimento estremeceu a indústria ocidental capitalista impulsionando os investimentos no campo educacional, onde o mundo vivia a polarização.

Movimentos pela igualdade tomaram forças como o feminismo, a revolução cubana, os movimentos *hippies*, a Guerra Fria e o consumismo, entre outros, que, no geral, marcaram um período de contracultura. Neste contexto, a educação ganha força nos discursos de esperança de mudança de um futuro para a nova geração, uma bela e forte bandeira nos movimentos populares e sociais.

James Samuel Coleman, a pedido do governo americano, realizou a Pesquisa em Eficácia Escolar, que gerou o Relatório Coleman em 1966, cujo trabalho objetivou identificar fatores correlacionados com o sucesso escolar no âmbito da escolarização primária e secundária, baseado na eficácia da Lei dos Direitos Civis 1964, que trata da igualdade e cidadania entre brancos e negros. Também na Inglaterra, o Relatório de Plowden, a pedido do poder público, envolveu a descrição da qualidade da escola primária, segundo as informações extraídas de Koslinski e Alves (2012) e Érnica (2013).

Érnica (2013) destaca que o estudo de Coleman é considerado um marco para o desenvolvimento de sistema avaliativo do Estado. Chamou a atenção. Considerou a condição socioeconômica como fator de desempenho dos estudantes. Nessa etapa histórica de 1960 a 1970, considerava-se que, quanto maiores os níveis escolares, maiores seriam os níveis de qualidade de vida e, também, de longevidade, ou seja, elementos dispostos em estudos de Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e na Teoria do Capital Humano de Schultz em 1973, que sucintamente relacionou a educação como um investimento para o crescimento econômico de um país.

Muitas críticas por pesquisadores na área de educação foram feitas ao Relatório de Coleman, que conduziu a classe para realizar novas pesquisas, negando

os dados negativos que a pesquisa expôs. Christopher Jencks em 1970, realizou a análise do relatório de Coleman e pesquisou numa mesma instituição estudantes de *status* diferentes, constatando a desigualdade educacional. Desta ação nasceu um novo campo de pesquisa designado *school-effect* (efeito escola).

Todos esses acontecimentos, amparados em Schwartzman (2005), reportaram à criação da revisão na eficácia escolar. Os preceitos fundamentais curriculares da educação dos norte-americanos foram revistos, pautados na eficácia. Nascendo, assim, em 1969 o *National Assessment of Educational Progress* (NAEP) (Avaliação Nacional do Progresso em Educação) que influenciou o Brasil na criação do Saeb, provedor da Prova Brasil.

1.4 Prova Brasil

A partir de 1934, a Educação brasileira passou a se envolver, através de ações de planejamento do Estado, na composição e implementação de políticas públicas na busca da equidade social através do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), que tinha como propósito realizar estudos estatísticos na área de educação.

Porém, em 1938, com a fundação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) de Anísio Teixeira, avanços significativos ocorreram no campo educacional e de ensino. Os anos 30 foram marcados pela centralização e pelo Golpe de Estado de 1937. Houve o entendimento que a criação do órgão supracitado se deu à preocupação de representações e autoridades em coordenar e verificar a educação a partir dos conhecimentos produzidos.

Entre 1952 e 1964 Anísio Teixeira geriu o Inep que se estabeleceu como um instituto referência nas pesquisas educacionais no país. O pesquisador chamou a atenção ao cobrar em discurso oficial, a necessidade de gestores elaborarem políticas públicas que promovessem dados confiáveis sobre o sistema educacional brasileiro, conforme Teixeira (1952, p. 78) *apud* Oliveira (2011, p. 116),

[...] medir o sistema educacional em suas dimensões mais íntimas, revelando ao país não apenas a quantidade das escolas, mas a sua qualidade [...]. Enquanto assim não procedermos, não poderemos progredir nem fazer qualquer recomendação para qualquer progresso, que não seja de valor puramente individual ou opinativo. Este trabalho [...] será [...] parte integrante e preliminar do programa de reconstrução de nossas escolas e revisão de seus métodos. Não será por leis, mas por tais estudos, que daremos início da reforma do ensino, que todos anseiam, mas temem, com fundado receio que se transforme em mais uma experiência frustrada de alteração de nomes ou de posições dos elementos no complexo da situação educacional.

Na gestão de Anísio Teixeira pesquisas e formação de equipes foram desenvolvidas com a finalidade das administrações dos estados compreenderem dados e análises elaboradas. Estas ações inspiraram a fundação de centros de pesquisas como exemplo, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, ambos em 1955. Colaboraram, para a produção e disseminação de métodos e técnicas investigativas na área educacional levando em consideração dados sociais, geográficos e econômicos.

Estes acontecimentos abriram caminho para intelectuais brasileiros buscarem com estrangeiros parceiras no fomento de capital, com o objetivo de fortalecer pesquisas e avaliações. Percebem-se, neste sentido, tendências internacionais do pós-guerra debatida anteriormente, infiltradas na formação e condução de nossas políticas de desenvolvimento.

Na década de 1960, o levantamento de dados do censo escolar foi realizado em nível nacional, ocorrendo na década de 1970 a associação de fatores externos da escola com o desempenho pedagógico/escolar. A Fundação Brasileira para o Ensino de Ciências se destacava, na mesma década, em favor das avaliações aplicadas junto aos especialistas estrangeiros. Estas experiências promoveram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, que passou a prever ações de planejamento orçamentário para a melhoria na qualidade e na produtividade da educação brasileira.

Na década de 1980 até o início de 1990 a pauta ocorria na construção de novas escolas, na universalização do ensino e na construção de mecanismos de controle para o crescimento da qualidade almejada. Desta forma, o Estado promovia um sistema de avaliação sobre o processo de ensino e dos impactos gerados nas políticas que envolviam a educação. Nesta fase ressaltou-se o contexto político no fim dos anos 1980, com a elaboração da Constituição Federal, com debates sobre a educação. Eram os professores e a sociedade civil organizada pedindo pela educação brasileira.

As oportunidades educacionais, o acesso e a isonomia são os pilares promulgados na Constituição Federal de 1988 (CF) e na agenda que envolve o Ministério da Educação, ou seja, são estas as garantias ao cidadão brasileiro de acesso com base na isonomia.

A Educação Básica é garantida pelo Estado e um dever da família, o acesso dos cidadãos à escola vem de encontro com a finalidade de promover neste espaço não apenas a formação cidadã, mas também, a qualificação para o trabalho, bem como atender aos currículos como previsto na LDB e nos Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCNs), que também norteiam planejamentos e ações.

Sobre o Censo Prova Brasil, Bonamino (2012, p. 378) destaca que,

[...] a Prova Brasil, que ocorre a cada dois anos, foi idealizada para produzir informações a respeito do ensino oferecido por município e escola, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões sobre o direcionamento de recursos técnicos e financeiros e no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas.

Este instrumento de avaliação também levanta dados referentes ao perfil socioeconômico dos alunos, o nível de escolaridade dos pais do estudante, as estruturas físicas da escola, o aproveitamento pedagógico dos alunos de 5^a ano (antiga quarta-série) e dos 9^a anos (antigos oitavos). Bonamino (2012, p. 382) complementa, ainda, quanto a Prova Brasil que,

[...] seus principais objetivos são: - produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências; - monitorar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo, como forma de avaliar continuamente o projeto pedagógico de cada escola, possibilitando a implementação de medidas corretivas quando necessário; - contribuir diretamente para a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos alunos, diagnosticadas por meio dos instrumentos de avaliação; - associar os resultados da avaliação às políticas de incentivo com a intenção de reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia da escola; - compor, em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o Idepe.

A Prova Brasil também realiza através do censo a média socioeconômica de cada unidade escolar, partindo das informações que os estudantes fornecem, sobre a composição salarial da família e os demais dados já expostos, ficando de fora a composição do quadro de profissionais da educação que também inserem a escola.

Para o caso das médias dos dados socioeconômicos entre as unidades escolares, foram estabelecidos níveis de 1 a 7, com a finalidade de estabelecer o grau de vulnerabilidade que compõe cada grupo que se insere as escolas sendo 1 de mais alto nível de vulnerabilidade e 7 de baixa vulnerabilidade social.

A partir destas constatações os resultados do censo são divulgados no *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)*, e analisados pelo Ministério da Educação e Cultura com a finalidade de promover planejamentos e ações para atender às demandas e às necessidades que efetivem o acesso e a isonomia na Educação Básica. Estes dados são discutidos com os profissionais da educação nas escolas, através dos Centros de Aperfeiçoamento de Professores (CEFAPRO) ou nas escolas, quando oportunamente ocorrem os momentos de formação continuada.

Entendendo o conceito de segregação escolar na espacialidade urbana

Ribeiro (2004), esclarece que os primeiros estudos que envolveram análise social do espaço urbano para aplicação de políticas públicas ocorreram em Londres sob a regência de Charles Booth, no fim do séc. XIX. “Rico negociante e armador, Booth formula o conceito de ‘linha da pobreza’” tornando-se um destaque na sociedade entre 1892 e 1905.

A iniciativa de Booth foi considerada pioneira, pois as pesquisas acadêmicas apresentavam o tema no formato de estudos de caso, enquanto o comerciante através da sistematização de coleta de dados que ocorria através de entrevistas realizadas por encarregados, responsáveis de supervisionar família pobres, tinham formato mais censitário, impulsionando Booth à academia em busca de amparo científico. Nesta ocasião, ocorreu a adoção dos métodos das ciências naturais.

A pesquisa na classificação hierarquizada de Booth, conforme Ribeiro (2004, p. 4) ocorreu devido a aplicação de recursos financeiros próprios durante cerca de 17 anos elaborada por meio “da coleta sistemática de informações das famílias moradoras dos bairros de Londres. Os seus 900 mil habitantes são classificados e hierarquizados em categoria e cada rua é identificada e nomeada socialmente segundo este esquema” de informações.

Mesmo sendo um marco o trabalho do inglês, no momento da ocorrência da classificação, suprimiu-se as causas da pobreza, que mais tarde passou a ser evidenciada pelo mesmo pesquisador, mas ainda com métodos classificatórios.

Destaca-se também a escola de Chicago, evidenciada por Ribeiro (2004, p. 6),

Sob a liderança intelectual de Robert Park, Ernest Burgess e outros utilizando hipóteses ecológicas na explicação da distribuição da população no território, vários pesquisadores buscaram desenvolver técnicas que evidenciassem a influência do território – entendido como meio social – na compreensão de um vasto rol de problemas sociais, tais como delinquência juvenil, doenças mentais etc. Todas as técnicas utilizavam o conceito de áreas naturais [...] definidas por dois elementos: de um lado, uma unidade espacial delimitada por fronteiras naturais no interior das quais vive uma porção socialmente homogênea, promovida de um sistema de valores específicos e, de outro lado, uma unidade espacial habitada por uma população organizada por relações simbólicas internas.

Ribeiro (2004) também explica que a escola de Chicago foi de grande influência para o urbanismo e intervenções públicas que estabeleceram por exemplo, a idealização de conjuntos habitacionais e zoneamento das cidades, a noção prática de “unidade de vizinhan-

ça”. Na sociologia, ocorreu a tipologia de comunidades territoriais diferenciadas por quadro espacial e práticas sociais que definem funções, composições, circulação, relações e práticas em torno dos centros de atividade.

Ledrut (1968) *apud* Ribeiro (2004, p. 10) define bem este quadro que de tipologia,

Por exemplo a organização social é representada por um *continuum* hierárquico de unidades sócio espaciais em função da composição, relações e práticas sociais. A aldeia seria a unidade mais homogênea, apresentando fraca diferenciação interna e onde as relações espaciais essenciais são de circulação em torno dos centros de atividades. A unidade vizinhança é constituída por um conjunto de moradias onde prevalecem redes de ajuda mútua e contatos pessoais. A vila corresponde à escala da comunidade, onde encontramos, por exemplo equipamentos coletivos comuns e onde o espaço está na escala do pedestre. O bairro definido por uma dupla delimitação: também está provido de equipamentos coletivos e acessíveis ao pedestre, mas além disso ele se constitui por uma subcultura e representa um corte significativo na estrutura social, podendo chegar até a uma institucionalização em termos de autonomia local. A cidade, entendida pela reunião, num nível superior, dos indivíduos ou grupos enquanto que a megalópole supõe uma exposição de unidades primárias, anunciando talvez uma reestruturação da vida local em outras bases.

No Brasil, destaca-se como pioneiros em estudos de análise social do território a Sociedade da Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais – SGMACS, que realizou pesquisas com objetivo de apontar espaços de alocação e instalação de equipamentos urbanos, serviços públicos e a satisfação de gestores e moradores. Também, através do processo de pesquisa com entrevistas e coleta de dados, estabelecia-se a criação de hierarquias de áreas diferenciadas nas estruturas e dinâmicas urbanas. Essa técnica influenciou o processo de urbanização, a partir de normatizações do uso e ocupação do solo urbano.

A prática do modelo capitalista na construção urbana no Brasil em especial na fase neoliberalista, os padrões locacionais das indústrias e a revolução agrícola impulsionaram rápida e muito pouco planejada expansão urbana nos principais centros metropolitanos, estimulando o crescimento do mercado e atraindo a concentração industrial, conforme é colocado por Suzigan (1986, p. 67).

O déficit do planejamento urbano no Brasil vem acompanhado da sua produção territorial e intencionalidades e teve início já na fase da colonização.

A relevância do uso do solo, das suas funções no momento em que o tecido urbano materializa-se, através do seu cotidiano, seria no ideal, primar pela construção de espaços urbanos socialmente produzidos, ou seja, com espaços reservados ao construído para consumo social e não para finalidades de atender demandas

de consumo de massas, como um mero produto venal, “Ordenar nossa sociedade na verdade é um indicativo não natural do real, consolidando uma busca ideológica de objetivos de classe.” Camargo (2009, p. 58), porém, como inicialmente exposto, as intenções iniciais na materialização dos espaços urbanos, rurais... foram materializados espacialmente no desejo do lucro e de todas as intenções embutidas para obtê-lo.

Nos espaços urbanos os equipamentos tendem a serem alocados com finalidades que nem sempre atendem ao acesso de grupos sociais mais vulneráveis. Quando são alocados em atendimento a grupos fragilizados, o são por intermédio de movimentos sociais, sindicais ou mobilização de comunidades. Nas periferias urbanas as políticas públicas não ocorrem com naturalidade visando sanar deficiências facilmente identificáveis, mas sob uma pressão popular muito forte.

Por exemplo, analisar a periferia urbana sob a ótica do mercado imobiliário, que, por sua natureza, pressiona por uma valorização através da especulação, demandando uma maior urgência na efetivação de serviços, espaços públicos para recreação, pavimentação, enfim, toda a gama de necessidades materializadas para atender consumidores, relegando a um segundo plano o quadro do bem estar social de trabalhadores de baixa renda, que se segregam nos retalhos de menor valorização, ou se assentam através das ocupações. Ou seja, a espacialização urbana quando planejada, prioriza espaços para consumo através do poder de compra.

Negri (2007, p. 28 e 29) ao estudar o fenômeno da segregação residencial, define que a expressão espacial se relaciona com as diferenças sociais,

Considera-se, ainda, como um fenômeno essencialmente espacial, e não como um mero reflexo das diferenças sociais, mas um espaço que é produzido e organizado de acordo com os interesses das diferentes classes. Parte-se do pressuposto que é a desigual distribuição espacial das classes sociais que causa o aumento das diferenças sociais e, a partir do momento que esta distância social adquire uma expressão espacial através da estruturação do espaço urbano, acontece à segregação sócio espacial.

Freitas (2006, p. 2) aborda que ao entendermos de planejamento urbano, como uma atividade capaz de modificar a geografia das cidades, compreenderemos que o desenvolvimento não ocorre desordenado, mas em atendimento a “grupos capazes de se impor politicamente. Assim o mito da falta de planejamento esconde, de maneira sutil, o fato de que a cidade é produzida para atender os interesses dos grupos privilegiados”.

Ribeiro (2004, p. 33) relaciona três mecanismos que explicam o fenômeno da segregação residencial. Inicialmente destaca a globalização como fonte provedora

da difusão de ideais liberalistas que impactam nos paradigmas regulatórios que fundamentavam as políticas urbanas, tendendo a liberação do mercado de terras e imobiliária em favor do capital, propiciando a desigualdade no espaço urbano. A privatização dos serviços urbanos que aumenta a desigualdade do acesso aos serviços e equipamentos responsáveis pelo bem-estar e qualidade de vida.

A dualização social que expressa a divisão social urbana em formato de ampulheta e não por uma pirâmide “na qual as posições médias encurtam, enquanto aumentam as duas opostas. Simultaneamente vem ocorrendo o aumento da distância entre a renda média dos estratos superiores e a dos inferiores.” Os fenômenos supracitados somados à segregação residencial “exclusiva” – tendência de novos grupos sociais de alta renda e novos modelos culturais, busca localização exclusiva na cidade – que busca evidenciar o reconhecimento social, reduzindo o envolvimento social na cidade.

Por fim, a descentralização envolve a aplicação de investimentos em cidades com *per capita* maiores, concentrando estas aplicações na melhoria da qualidade de vida enquanto outras cidades mais pobres neste índice recebem poucos investimentos, piorando a qualidade de vida. Neste sentido a configuração de segregação está nos moldes da capacidade do nível socioeconômico e da capacidade de investimento de cada município.

Essas transformações, segundo Ribeiro (2004, p. 34) “vem provocando impactos nas representações coletivas nas sociedades desenvolvidas, na medida que o aumento de segregação residencial é contraditório com o ideário igualitário e democrático”. É importante ressaltar que o crescimento de pesquisas sobre segregação residencial evidencia a reprodução e seus mecanismo no espaço urbano, auxiliando a compreensão da concentração de grupos de “vulnerabilidade em territórios crescentes homogêneos e nestes, há uma dinâmica de causalção circular da pobreza”, Ribeiro (2004) explica que se trata do efeito-vizinhança.

2.1 O efeito vizinhança e a segregação escolar - a cidade contra a escola?

Refletindo sobre a indicação nos padrões de segregação residencial no cenário urbano, que é um tema que vem sendo debatido nos espaços acadêmicos, apontamentos sobre a elevação deste fenômeno se relacionam com o capitalismo e a globalização. Estas discussões também demonstram “transformações dos padrões de segregação residencial, que passa da grande escala para a microescala” deixando de lado a representação centro/

periferia para outro, mais fractal, expondo aspectos de diferentes níveis que compõem a cidade, conforme Ribeiro (2004, p. 34).

A influência da globalização vem sendo um destaque para um viés de análise que, conforme Ribeiro (2004, p. 34), “tem gerado importantes mudanças na dinâmica socioterritorial que historicamente organizava os espaços das cidades” em países em desenvolvimento da América Latina, que na fase desenvolvimentista, evidenciando nas suas formas e conteúdos, a inclusão da modernização e a exclusão da porção que integrava o campo. “Tal dinâmica estaria sendo substituída pela exclusão sócio territorial das camadas populares, que se tornam excedentes em relação às necessidades econômicas, com transformação ocasionada pela globalização” e essa generalização, é dada através das análises da estrutura sócio espacial onde os resultados emergem dos conjuntos e tendências da cidade.

Segregação escolar... não se utilizava este conceito nas décadas de 60 e 70, mas após os relatórios de Coleman e Plowden, já se observava um grande enfoque nas discussões da agenda *Equality of Educational Opportunity*.

Segundo Costa e Bartholo (2014, p. 1181) o conceito de segregação escolar originalmente deriva das preocupações com a desigualdade, com a distribuição de oportunidades. Chama a atenção que estas estão presentes no relatório supracitado, porém, não se associam com a oferta de vagas e padrões de vulnerabilidade socioeconômica, mas com as diferenças no desempenho e na trajetória de grupos sociais especialmente étnicos distintos.

A segregação escolar tem característica de analisar espacialmente o ambiente das oportunidades, acesso e permanência do serviço educacional, um conceito relacionado com o socioeconômico produzido. Considerando o agrupamento de vulneráveis em determinadas unidades escolares, os rendimentos e tratamentos apresentam desvantagens e são inferiores, conforme as discussões extraídas de Costa e Bartholo (2014, p. 1184, 1185),

O tema da segregação está diretamente ligado à temática da qualidade e equidade dos sistemas educacionais e, de forma mais ampla, à justiça social. Evidências de diferentes países, incluindo o Brasil, sugerem que concentrar alunos com características específicas em determinadas escolas pode influenciar a forma como eles são tratados, a qualidade do ensino e a aspiração para os níveis subsequentes de educação. Há ainda indicações de que sistemas educacionais mais segregados ou com políticas que, intencionalmente, agrupam alunos em desvantagem potencial possuem maior associação entre os níveis de aprendizagem e o perfil socioeconômico dos alunos, ou seja, alunos com perfil socioeconômico mais desfavorável apresentam desempenho inferior.

Essas preocupações, no Brasil, têm grande impacto a partir da década de 90, devido às mudanças nas políticas educacionais que passam a ser de direito objetivo, com acesso universal do Ensino Fundamental (EF) somado à adoção de intervenções e modelos de ensino para conter a taxa de reprovação e os desafios das dinâmicas sociais urbanas.

Neste momento, o país vivencia a oportunidade de construir inicialmente a Educação nos moldes democráticos. A escola encontrada nesta fase pode ser descrita como uma escola que atendia uma camada média social, com maior acesso à cultura escolar, ao letramento, uma escola com prática seriada conforme Érnica (2013, p. 524), “uma das consequências da reprovação era a evasão daqueles que não atendiam às exigências comportamentais e acadêmicas da escola.”

A proposta na implantação do campo das políticas públicas passou a intervir na permanência dos estudantes na escola, mesmo que os níveis de aproveitamentos pedagógicos não se apresentem inicialmente animadores e podem “se evidenciar como uma forma de exclusão branda ou velada”. Isso se evidencia quando se inicia uma disputa quase de “mercado” pela preferência de escolas de “boa fama” como afirmado, pois “a universalização das matrículas no EF impulsiona a concorrência entre famílias – por vagas em escolas de melhor reputação – e entre escolas – por alunos que se adaptem melhor às exigências comportamentais e acadêmicas” que são aquelas práticas seriadas e excludente. Há resistência nas novas políticas pela falta de compreensão – comunidade escolar e muitos gestores públicos - de seus objetivos, conforme ideias de Érnica (2013).

Essa prática torna-se uma concorrência e “as pesquisas sobre *quase mercado* educacional mostram que as interações entre as escolas são decisivas para a constituição de suas relações internas”, ou seja, de um lado escolas de maior prestígio com alunos de maior poder sócio econômico, com maiores habilidades nas práticas da cultura escolar e de outro lado escolas de menor prestígio, com alunos de menor nível sócio econômico e maiores dificuldades no aproveitamento pedagógico. Este cenário traz consequência, conforme Érnica (2013, p. 255),

como consequência, teríamos em uma ponta do quase mercado as escolas que reuniriam condições mais propícias à reprodução do modelo escolar e que, por essa razão, produziriam melhores resultados acadêmicos. Em outra ponta, teríamos as escolas para onde os problemas iriam se dirigir e se acumular, ou seja, unidades que não assegurariam os requisitos para a reprodução do modelo escolar e que teriam resultados acadêmicos mais baixos, vivendo sob a constante ameaça da inviabilidade de sua gestão. Assim, não obstante a competição global haveria entre essas escolas uma forte interdependência, pois uma ponta do sistema se reproduziria produzindo a outra e dependendo de sua reprodução.

A nova proposta que se infiltra nas velhas formas cria um paradoxo: a socialização do ensino e as modalidades de ensino que fomentem a permanência do aluno. No entanto, alunos em situações de maiores vulnerabilidades social, apresentam verdadeiros desafios que se somam quando se trata de qualidade nas oportunidades educacionais e este assunto requer de gestores na administração de políticas públicas o aprofundamento deste tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura histórica nos oferece a reflexão sobre a função do Estado e as influências filosóficas, históricas, econômicas no espaço-tempo. Observa-se no desenvolvimento do campo da política pública seu nascimento pautado na decisão de planejar e gestar sociedade e equipamentos do Estado, como exemplo destes está a escola e a Educação.

Previamente a literatura nos oferece informações que evidenciam a influência do capital, incluindo os primeiros acessos às universidades, fortalecendo na formação educacional um sentido muito claro: formar para o trabalho, para suprir mão de obra qualificada à indústria. Vimos também movimentos sociais envolvidos na busca pelo acesso, a luta de classe, os direitos civis. Logo o Estado precisa compreender este acesso e controlar os padrões de Educação.

O bem-estar social que o Estado se compromete nas suas normativas perde forças, quando as intenções do capital se sobressaem, causando as contradições e aglutinações nos grupos sociais. A verdade, é que o Estado vem sendo promotor de fábulas, na tentativa da sensação do bem-estar social e sucumbe, em nome do progresso, à especulação imobiliária, à reprodução educacional, que ainda busca reconhecer sua própria identidade.

É realidade que o nosso país é complexo, devido aos diversos fatores históricos, geográficos, geopolíticos. Ainda necessitamos de compreender profundamente nossas complexidades para transmitir as realidades para formação de políticas públicas, sistemas, modelos de ensino que favoreçam o real desenvolvimento educacional brasileiro.

A Prova Brasil é uma destas ferramentas, que busca reconhecer, através dos resultados, as necessidades do sistema educacional, público e privado. Mesmo não citado neste artigo toda a fórmula e regras deste censo, observa-se que apenas duas disciplinas são avaliadas. Observa-se, ainda, que os resultados dos níveis de aproveitamento pedagógico são evidenciados, traçando as-

sim, no chão das escolas a superação para se alcançar os níveis almejados com base nas disciplinas de matemática e português.

Sabemos que a Educação nas escolas não se pauta em apenas duas disciplinas, muitos autores revelam que somar e dominar código de escrita não o torna letrado e crítico, apenas o torna apto a operar máquinas e ocupar vagas no mercado de trabalho.

A Prova Brasil é fonte de um banco de dados que transmite a leitura e caracterização de ambientes escolares. Estes resultados, sejam dos aproveitamentos pedagógicos, do IDBE ou das infraestruturas, nos permite visualizar diferenças entre as escolas.

Analisar é compreender as diferenças nas diversas realidades brasileiras, é necessário para ampliar debates, informações e formular novas estratégias que venham de encontro com a recém-democracia constituída e que está ameaçada pelo cenário político que se corrompe através de um golpe institucional. A Educação, mais uma vez, passa pelas mãos de governos descompromissados, portanto não se pode mais estabelecer políticas públicas de governo, mas de Estado. Em tempo, é preciso ressaltar que uma nação não pode crescer economicamente baseada em limitações orçamentárias nos serviços de base.

Atender à igualdade, na medida de suas desigualdades, é um verdadeiro desafio quando se analisa as dinâmicas da cidade, somados às influências do capital e políticas de interesses umbilicais. Estudos que envolvem a segregação espacial buscam entender a organização urbana e necessitam se envolver no olhar holístico.

A escola, na geografia urbana, é equipamento urbano que oferece serviço público. É também fonte do saber, lugar significativo, espaço público planejado e idealizado, abriga em seus interiores os sujeitos e a vida. O sentido da escola é “emancipar intelectualmente” sujeitos, como exposto por Paulo Freire (2007) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*. Somada à dinâmica urbana, a escola proporciona mudanças devido seu caráter e intencionalidade de fomentar a base intelectual e técnica para o mercado de trabalho do homem, somando-se o seu papel social na formação cidadã, política e crítica.

Percebe-se a importância da implementação do monitoramento das Políticas Públicas. Estes subsidiam o caráter da aplicação de recursos por estratégias. Também da atenção a comunidades escolares na participação efetiva das políticas públicas. É necessário que pais, mães e estudantes se envolvam efetivamente nas comunidades escolares, justo que é no chão das escolas que se promove a formação dos sujeitos que compõem a sociedade.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 6 ed. Bibliografia Básica de Serviço Social, v.2, São Paulo, Cortez, 2008.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade, para uma Teoria Geral da Política**. 14 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2007. Disponível em <http://www.ufff.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-21-Bobbio-2007.pdf>. Acesso em 14 de ago de 2016.

BONAMINO, A. SOUSA, S.Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>>. Acesso em 04 de ago de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 08 de mar de 2016.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 27 dez 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em 27 de out de 2017

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 12 ago 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 de mar de 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 08 de mar de 2016.

BROOKE, N.; SOARES, J.F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte:UFMG, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000200013>. Acesso em 15 de abr de 2016.

CAMARGO, L.H.R. Ordenamento Territorial e Complexidade: Por uma Reestruturação do Espaço Social. In: ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. A. (Orgs.). **Ordenamento Territorial: Coletânea de Textos com Diferentes Abordagens no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-60. Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/ordenamento-territorial-coletanea-de-textos-com-diferentes-abordagens-no-contexto-brasileiro/oclc/706476325>>. Acesso em: 28 de jun de 2017.

- CAMPOS, R.R. Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 26 (3): p. 419-432, set/dez/2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadadenatureza/article/view/26567/pdf_95>. Acesso em 03 de mar de 2016.
- CARLOS, A.F.A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983
- COSTA, M.; BARTHOLO, T.L. Padrões de Segregação Escolar no Brasil: um Estudo Comparativo entre Capitais do País. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1183-1203, out.-dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01183.pdf>>. Acesso em 13 de jul de 2016.
- ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999. pg. 13-34. Disponível em: <http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/ivocosta/materiais/ELIAS__Norbert.pdf>. Acesso em 25 de ago de 2016.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/.../hdh_engels_origem_propriedade_privada_estado.pdf>. Acesso em 28 de ago de 2016.
- ÉRNICA, M. Desigualdades educacionais no espaço urbano: o caso de Teresina. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2013, vol.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782013000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 13 de set de 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FREITAS, C.F.S. O novo modelo de gestão urbana estratégica em Fortaleza: aumento das desigualdades socioambientais. **Universitas FACE**, v. 3, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/view/37>>. Acesso em 15 de jul de 2017.
- KOSLINSKI, M.C. et al. Quase mercado escolar em contexto de proximidade espacial e distância social: o caso do Rio de Janeiro. In: Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação, 2. Porto alegre. **Anais...** Portugal, 2010.
- KOSLINSKI, M.C.; ALVES, F. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 783-803, 2012.
- LA BLACHE, P.V. A Geografia Política: a propósito dos escritos do Sr. Friedrich Ratzel. In: HAESBAERT, Rogério et alii. (Orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 a, p. 401-420 (Original publicado em 1898). Disponível em: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/81/79>. Acesso em 17 de nov de 2016.
- LOPES, A.L. **Noções de Teoria Geral do Estado**. Roteiro de Estudos. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder. 2010. p. 4-13. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/uploads/pdf/1627aa4f30ef0e7c1b149fccd97700c2.pdf>>. Acesso em 18 de out de 2016.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe** (Trad. Antonio Carucio-Caporale). São Paulo: L&PM Editores: Porto Alegre, 2011.
- NEGRI, S.M. **O processo de segregação sócio-espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis – MT**. 2008. 195p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro - SP.
- OLIVEIRA, A.P.M. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 2011. 277p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília - DF.
- RIBEIRO, L.C.Q. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. In: _____. **Metrópoles: entre a fragmentação e a coesão, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE 2004.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 189
- SCHWARTZMAN, S. As avaliações de nova geração nas sociedades Contemporâneas. In: MELLO e SOUZA, Alberto de (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SILVA, M.A. **Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. São Paulo, FAPESP/ Autores Associados, 2002.
- SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 05 de mar de 2016.
- SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TILLY, C. Mechanisms in political processes. **Annual Review of Political Science**. 2001, n. 4, p. 21-41. Disponível em: <http://professor-murmann.info/tilly/2001_Mechs_of_pol_process.pdf>. Acesso em 11 de mai de 2017

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 3ª ed. V. 1. Brasília: Editora Unb. 2010. p. 3-35. p. 139-198. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/socreligioses/pages/arquivos/impressorasuel.br_20130410_215439.pdf>. Acesso em 08 de abr de 2016.

Correspondência dos autores:

*Melissa Jasche Quadros**

e-mail: jasche.mel@gmail.com

Orcid-id: <http://orcid.org/0000-0003-4219-4192>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6031235559329186>

*Antonia Marília Medeiros Nardes***

e-mail: amnardes@yahoo.com.br

Orcid-id: <https://orcid.org/0000-0002-4992-6459>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5553184720232872>

Artigo recebido em: 01/10/2017

Revisado pelos autores em: 06/09/2018

Aceito para publicação em: 24/07/2018